DocuSign Envelope ID: 45797C73-A4E8-46EB-8C2A-08AEBF5AF575

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2022

Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

Senhores Acionistas,

A CETESB, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese dos principais resultados alcançados em 2022, acompanhada do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e dos Relatórios do Auditor Independente.

ESG NA CETESB

Os princípios do Environmental, Social and Governance (ESG) estão presentes na missão da CETESB, na preocupação com a manutenção dos recursos naturais do planeta e construção de um mundo melhor. A CETESB esteve representada na 27ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP27, onde participou de reuniões, discussões técnicas e promoveu eventos paralelos, no intuito de conter as emissões de gases de efeito estufa. Seguindo orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) que preconiza, entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a necessidade de promover a igualdade racial para obter condições de equilíbrio na Terra, a CETESB, foi uma das primeiras empresas públicas a aderirem ao Pacto Estadual de Promoção da Equidade Racial. Outros objetivos da iniciativa visam compartilhar e disseminar boas práticas e inovações na promoção de equidade racial no ambiente de trabalho, aliada aos princípios dos Direitos Humanos, por meio da implantação do protocolo ESG Racial. A preocupação com a diversidade também aparece nos eventos realizados na Companhia, que devem ter, na composição das mesas de expositores, debatedores, mediadores e oradores em geral, no mínimo 25% dos participantes do gênero feminino. O Programa de teletrabalho passou a ser definitivo, tendo como objetivo contribuir com o avanço da transformação digital, reduzindo os custos administrativos para a obtenção de melhores resultados e versatilidade do trabalho, além de propiciar mais qualidade de vida aos empregados. A empresa conta com um sistema robusto de Governança Corporativa com informações sobre a composição e a atuação dos principais órgãos do sistema de governança, a forma de comunicação com vários públicos, o cumprimento de exigências legais e a conduta nos negócios, entre outros instrumentos.

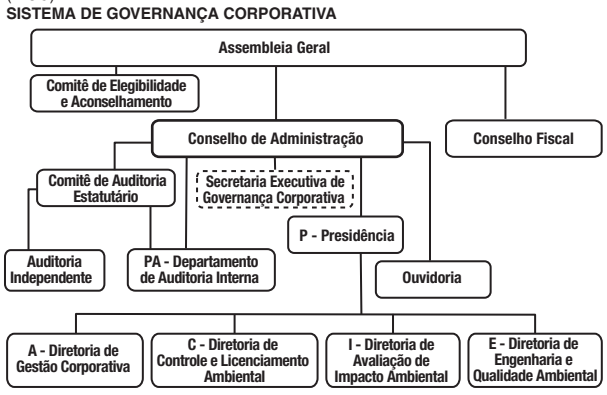
A INSTITUIÇÃO

A CETESB é a agência do Governo do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição. Criada em 24 de julho de 1968 pelo Decreto nº 50.079, é uma empresa pública estadual, da administração indireta, de capital fechado, onde o acionista controlador é o Governo do Estado de São Paulo, sendo regida pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e suas alterações e nº 13.303/2016. A receita prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA 2022 foi da ordem de R$ 532,9 milhões, contemplando a subvenção de custeio do Estado de São Paulo e os recursos próprios, compostos por receitas oriundas do sistema de licenciamento ambiental, da arrecadação de multas ambientais, das taxas de fiscalização ambiental e da prestação de outros serviços. Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais. A sede está localizada à Av. Prof. Frederico Hermann Junior, 345 - São Paulo/SP - PABX: +55 11 3133-3000 - www.cetesb.sp.gov.br, CNPJ 43.776.491/0001-70. Organizada em cinco Diretorias: Presidência, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental, conta com 46 Agências Ambientais e 19 laboratórios, distribuídos no estado de São Paulo. **RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL**: Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe; principal Companhia de Meio Ambiente Brasileira; Centro de Referência para Questões Ambientais da ONU, por meio de suas agências implementadoras, principalmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Membro da Rede HydroPoll - Rede Colaborativa de Pesquisa em Poluição das Águas e Recursos Hídricos; Membro da Rede Pan-Americana de Epidemiologia Ambiental (PANACEA); Membro da Rede Latino-Americana de Prevenção e Controle da Contaminação do Solo e das Águas Subterrâneas (RELASC); Signatária da Declaração Internacional da Produção Mais Limpa do PNUMA; Participante da *Regions4 Sustainable Development*. **PARCERIAS, COLABORAÇÕES E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**: Participa de ações com diversos órgãos, como o Centro Coordenador da Convenção da Basiléia e Centro Coordenador da Convenção de Estocolmo para a América Latina e Caribe (BCCC-SCRC) - Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU), o Escritório no Brasil do PNUMA, a Agência Nacional para o Controle da Qualidade Ambiental de Moçambique (AQUA), a AIDIS - Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental, a PANACEA e Environment and Climate Change Canadá, entre outros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Prevista na Lei Federal nº 13.303/2016, a CETESB consolida neste relatório, as informações referentes ao exercício social de 2022, nos termos do Decreto Estadual nº 62.349/2016. Adota as melhores práticas de governança corporativa, recomendadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

SISTEMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



ASSEMBLEIA GERAL: Instância máxima, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO**: Verifica a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Colegiada e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. Composto por três membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo. Composição em 31.12.2022: Carla Almeida, Fábio Aurélio Aguilera Mendes e Paula Cristina Nassif Elias de Lima. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**: Composto por 11 membros, 10 eleitos pela Assembleia Geral e 1 eleito pelos empregados, tem 27% de membros independentes. O Conselho se reuniu 13 vezes ao longo do ano. Composição em 31.12.2022: Cláudio Carvalho de Lima (Presidente), Patricia Iglecias, Floriano Peixoto de A. Marques Neto, José Paulo Neves, Kelly Lopes Leme, Nilton Lagana Júnior, Orestes Marraccini Gonçalves; Conselheiros Independentes: João Carlos Castilho Garcia, João Ricardo Pereira da Costa, Luiz Antonio Carvalho Pacheco; Conselheira Representante dos Empregados: Maristela Musco de Caires. **CONSELHO FISCAL:** Composto por cinco membros efetivos, com igual número de suplentes, é o órgão fiscalizador da Administração. Foram realizadas 12 reuniões. Composição em 31.12.2022- Titulares: Andra Robert de Carvalho Campos, Gustavo Carvalho Tapia Lira, Mauro Ricardo Machado Costa, Regina Romero e Pinheiro e Wilson Sérgio Pedroso Júnior; Suplentes: George Hermann Rodolfo Tormin, Jorge Damião de Almeida, Leonardo Maurício Colombini Lima, Tatiane Gonçalves Rodrigues e Yukimi Nagata. **COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO:** Composto por três membros independentes, tem por função principal assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à supervisão dos processos vinculados à elaboração das demonstrações financeiras, à auditoria interna e independente, aos controles internos, à exposição aos riscos, ao canal de denúncias e fraudes e outras, visando proteger os interesses dos acionistas e de outras partes interessadas. Foram realizadas 22 reuniões. Composição em 31.12.2022: João Ricardo Pereira da Costa (Coordenador), Afonso Antonio Hennel e Ruy Martins Altenfelder da Silva. **AUDITORIA INDEPENDENTE**: Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S. **AUDITORIA INTERNA**: Vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário. **SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNANÇA**: Assessora os órgãos que integram o sistema de governança corporativa. **OUVIDORIA:** Recebidas 2.399 manifestações com atendimento de 97,28%, compostas por 874 reclamações, 1.324 pedidos de informações, 159 denúncias, 23 sugestões e 19 elogios. **DIRETORIA COLEGIADA:** Composta por cinco membros estatutários. Foram realizadas 25 reuniões. Composição em 31.12.2022: Patrícia Iglecias (Diretora-Presidente), Glaucio Atorre Penna (Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental), Aruntho Savastano Neto (Diretor de Gestão Corporativa), Carlos Roberto dos Santos (Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental) e Domenico Tremaroli (Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental). **AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**: Em cumprimento à Deliberação do CODEC nº 04/2019, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada foram avaliados individualmente e de forma coletiva. **REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES**: A remuneração de Diretores e membros de Conselho de Administração e Fiscal e de Comitês obedece à Deliberação CODEC n° 1/2019, e está registrada no Balanço do exercício, em Remuneração de órgãos Estatutários. **DIVISÃO DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS**: Revisão e divulgação da Política de Transações com Partes Relacionadas e divulgação das Políticas de Segurança da Informação, e de Privacidade. Realização de treinamentos sobre o Código de Conduta e Integridade e orientações sobre a qualidade de atendimento. **COMPLIANCE:** Aprimoramento do Programa de Integridade, em prol de excelência, eficiência, integridade e combate à corrupção, bem como do respeito aos princípios e às normas previstos no seu Código de Conduta e Integridade. **CANAL DE DENÚNCIAS**: disponível no site da CETESB, para denúncias, anônimas ou não, sobre possíveis situações de fraude, corrupção, conflitos de interesses, improbidade administrativa, assédio moral, assédio sexual, infrações às normas e procedimentos, bem como desvios relativos ao Código de Conduta e Integridade. O anonimato e a confidencialidade são assegurados, além da não retaliação ao denunciante. **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**: Revisão da Política, cujos detalhes podem ser obtidos na Nota Explicativa n° 21 do Balanço Patrimonial de 2022. **DOCUMENTOS RESULTANTES DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA**: Estatuto Social; Regimento Interno do Conselho de Administração; Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário; Regimento Interno do Conselho Fiscal; Regulamento de Eleição do Representante dos Empregados para compor o Conselho de Administração; Atas das reuniões do Conselho de Administração; Atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário; Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário; Atas das reuniões do Conselho Fiscal; Código de Conduta e Integridade; Canal de Denúncias; Comitê de Ética; Regimento Interno do Comitê de Ética; Regulamento de Licitações e Contratos; Plano de Negócios 2022 e Análise de Riscos e Oportunidades 2022-2027; Política de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes; Política de Transações com Partes Relacionadas; Política de Privacidade; Política de Segurança da Informação e Política de Classificação de Documentos, Dados e Informações Sigilosas da CETESB.

EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2022: encontra-se nesta publicação e no relatório completo.

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

Está alinhada ao Planejamento Estratégico, ao Plano de Negócios 2023 e Análise de Riscos e Oportunidades 2023-2027 e ao Plano Plurianual do Estado de São Paulo - PPA 2020-2023, com o programa "Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental", além de participar dos programas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL): "Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade de Vida", "Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental" e "Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo". A MISSÃO, VISÃO e VALORES encontram-se disponíveis no relatório completo e no sítio eletrônico. **COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**: Em consonância com a Lei nº 17.262/2020, que aprovou o PPA 2020-2023, foi aprovado o Plano de Negócios 2023 e a Estratégia de Longo Prazo 2023-2027, considerando a LDO nº 17.555/2022 e a LOA nº 17.614/2022 para o exercício de 2023. **PLANO ORÇAMENTÁRIO PARA 2023** Os recursos previstos na LOA 2023 são da ordem de R$ 597 milhões. **ESTRATÉGIA 2023-2027**: Licenciamento Ambiental voltado para a Eficiência; Monitoramento Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Eficiência e Sustentabilidade Financeira; Inovação e Novas Tecnologias.

GESTÃO

GESTÃO DE FORNECEDORES: 641 fornecedores contratados por meio de licitação, dispensa e contratação direta, no total de R$ 111,2 milhões. **GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**: Aquisição de 22 drones, sendo 2 de maior porte e resistentes a altas temperaturas, vapores e gases, para o monitoramento de acidentes químicos e ambientais; aquisições de um Data Center Outdoor e de um servidor para trabalhar com hiperconvergência. **GESTÃO DE CUSTOS**: A redução da dependência de recursos do Tesouro norteou ações como a repactuação de contratos de serviços, redução de despesas, e a verificação trimestral do planejamento dos desembolsos e fez investimentos em tecnologias que visam otimizar processos e reduzir despesas. **GESTÃO DE RISCOS**: Diretrizes para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração, estabelecidas pelo Programa de Integridade. **GESTÃO DE RELACIONAMENTOS**: Coordena as Câmaras Ambientais, visando à promoção da melhoria da qualidade ambiental por meio da interação entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do estado de São Paulo. **GESTÃO DO CONHECIMENTO**: Transferência de conhecimentos por meio da Escola Superior da CETESB, com a oferta de cursos visando à melhoria do desempenho de profissionais em sua relação com o meio ambiente e fortalecimento de políticas públicas ambientais. Retorno da Revista Ambiente, voltada para o conhecimento científico, respaldando os avanços tanto do ponto de vista ambiental quanto do licenciamento. A Biblioteca dispõe de um amplo acervo técnico especializado na área de meio ambiente e ciências afins.

DESEMPENHO DOS CAPITAIS

CAPITAL FINANCEIRO

No exercício de 2022, a CETESB atingiu a marca histórica de R$ 472 milhões na arrecadação de receitas próprias. Desse total, 68% foram obtidos por meio das atividades de licenciamento. Outras ações, como o fluxo automático de cobrança de multas, permitiram fortalecer o caixa da Companhia. **DESEMPENHO CONTÁBIL:** Prejuízo líquido de R$ 116,3 milhões no exercício de 2022.

CAPITAL MANUFATURADO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL: Foram 61,4 mil solicitações atendidas decorrentes do licenciamento ambiental. O licenciamento de empreendimentos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) viabilizou investimentos no Estado na ordem de R$ 5,2 bilhões, com a concessão de 151 licenças. Esses investimentos em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos se refletem na melhoria das condições de vida para a população, na dinamização da economia e na oferta de empregos, estimando-se a geração de pelo menos 17,8 mil postos de trabalho diretos, na fase de obra e operação. Foi responsável pela captação de valores na ordem de R$ 14 milhões em compensações ambientais. Foram emitidos: 184 pareceres de análise de Consulta Prévia; 1.098 inspeções e vistorias técnicas aos empreendimentos sujeitos a AIA; 439 Pareceres Técnicos de Análise de Riscos Tecnológicos e realizadas 210 vistorias.

OUTROS ATENDIMENTOS: 72 Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), equivalentes ao corte de 13,9 mil indivíduos arbóreos isolados, supressão de 162,56 ha de vegetação nativa e intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), de 155,49 ha; compromissadas à averbação de 2,89 ha como Área Verde, de 141,98 ha como Reserva Legal; firmados 66 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) para um total de 867,92 ha para restauração; emissão de 202 pareceres e informações técnicas em atendimento às solicitações do Ministério Público;

GEOPORTAL e-CENÁRIOS: cadastrados 26,7 mil empreendimentos licenciados e 2,5 mil tabelas com informações de caracterização dos empreendimentos e indicadores ambientais.

TERMOS DE COMPROMISSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (TCRA): 77 TCRA com mais de 5 mil mudas avaliados; 66 TCRA cumpridos, representando 896 mil mudas e 11 TCRA arquivados. FISCALIZAÇÃO DE - Fontes Fixas: 37.069 inspeções técnicas; 3,7 mil autos de advertências; 1.730 autos de penalidades de multas; 67 embargos e 10 autos de interdição.

MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL

ANÁLISES AMBIENTAIS: Realizam amostragens e ensaios físicos e químicos, microbiológicos, parasitológicos, hidrobiológicos e toxicológicos, nas mais diversas matrizes, bem como ações para a proteção da saúde humana e do meio ambiente nos programas de vigilância ambiental da poliomielite e do SARS-CoV-2. Realizados cerca de 310 mil ensaios para o monitoramento da qualidade da água e solo e para subsidiar ações preventivas e corretivas de controle da poluição ambiental. Além dos laboratórios na Sede, possui sete laboratórios no interior do estado.

QUALIDADE DAS ÁGUAS

Águas Superficiais Interiores (Águas Doces) - Rede Automática: 16 estações distribuídas nas diversas bacias hidrográficas do estado de São Paulo. Rede Básica: 519 pontos de amostragem. Praias de Rios e Reservatórios: Monitoradas 31 praias. Águas superficiais Costeiras - Amostragem em 69 pontos, em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico. Qualidade das Praias - Balneabilidade: Monitorados 167 pontos, em 150 praias de 15 municípios. Águas Subterrâneas: 321 pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade, em poços tubulares e nascentes e 64 piezômetros da Rede Integrada de Monitoramento de Qualidade e Quantidade, nos aquíferos Bauru e Guarani. Águas Superficiais Interiores (Águas Doces) - Rede Automática: 19 estações distribuídas nas diversas bacias hidrográficas do estado de São Paulo e principais mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo, que geraram cerca de 8 milhões de dados. Rede Básica: 498 são pontos planejados, 16 pontos integrados com o Projeto Mananciais e 5 pontos incluídos ao longo do ano, totalizando 519 pontos. Praias de Rios e Reservatórios: Monitoradas 33 praias. Águas superficiais Costeiras: Amostragem em 69 pontos, em 21 áreas nos estuários e no Oceano Atlântico. Qualidade das Praias - Balneabilidade: Monitorados 168 pontos, em 151 praias de 15 municípios.

SUPORTE TÉCNICO AO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO): 49 pareceres de Aprovação de Viabilidade Técnica em apoio técnico ao FEHIDRO, com investimentos na ordem de R$ 33,5 milhões.

QUALIDADE DO AR - Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar: 63 estações automáticas distribuídas no estado (29 na RMSP, 6 no litoral e 28 no interior), que contam com cerca de 800 equipamentos e geram aproximadamente 20 mil dados diários, além de 22 pontos de monitoramento manual, totalizando 85 estações. A partir de janeiro de 2022, entraram em vigor, de forma pioneira, novos padrões de qualidade do ar no estado de São Paulo (Deliberação CONSEMA nº 4/2021). Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos a Diesel (PMMVD): Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC), incluindo-o no PMMVD. Ações em Campo para Fiscalização de Veículos a Diesel: realizadas ações de fiscalização em 156 mil veículos a diesel em 124 pontos de rodovias com o apoio da Polícia Militar; fiscalizados 94 veículos por meio da medição da opacidade e 71 veículos por meio da verificação da qualidade do insumo ARLA-32. Homologação de Veículos Novos no Âmbito do Proconve e Promot: 1,3 mil pareceres técnicos para homologação de veículos novos, automóveis, veículos pesados, motocicletas e máquinas agrícolas e rodoviárias; avaliados 27 veículos verificando sua conformidade quanto à emissão de poluentes em atendimento aos programas federais Rota 2030 e Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV); início de programa Piloto de Avaliação da Conformidade de Produção, realizando ensaios de conformidade em veículo presente no mercado de forma a verificar o atendimento dos requisitos legais de emissão de poluentes. Modernização dos Laboratórios de Emissões Veiculares: Novos equipamentos, atualização de software e sistemas para laboratórios, capacitando-os para realizar ensaios em consonância com as novas exigências do PROCONVE; acreditação do Laboratório de Emissão Veicular Diesel de São Bernardo do Campo junto à Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO, para realizar ensaios conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025; realização de 176 ensaios em veículos do ciclo Otto.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Esgoto Doméstico: Queda de 36 para 32 municípios sem tratamento. Concedidas 197 licenças em Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), realizadas 917 inspeções em sistemas de tratamento de esgotos, aplicadas 73 advertências e 44 multas. Resíduos Sólidos Urbanos: Realizadas 1.056 inspeções, aplicadas 92 advertências, 74 multas e interditados 04 aterros.

FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO - FECOP: Financiados 106 projetos, no montante de R$ 118 milhões, atendendo uma população de 25,6 milhões de habitantes.

SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS - SIGOR - Módulo de Resíduos da Construção Civil - RCC: Implantado em Bertioga, Bragança Paulista, Catanduva, Cubatão, Guarujá, Indaiatuba, Itapeva, Mongaguá, Peruíbe, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São Vicente, Sertãozinho e Sorocaba. Módulo Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR: Mais de 87 mil empresas cadastradas, 100 mil usuários e 5,8 milhões de MTRs emitidos, 1,2 milhões Certificados de Destinação Final de Resíduos (CDFs) emitidos; 165 mil Declarações de Movimentação de Resíduos (DMRs) enviadas.

LOGÍSTICA REVERSA: 8.340 empresas aderentes aos Planos de Logística; estabelecidos, em conjunto com a SEMIL, Termos de Compromisso de Logística Reversa (TCLR) para seis setores; 201 Planos recebidos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Publicação dos "Resultados da Capacitação em adaptação às Mudanças Climáticas sobre os Recursos Hídricos na Baixada Santista". Inventários das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): recebimento, em média, de 200 inventários/ano de GEE de atividades licenciadas pela Companhia, com alto potencial de emissões desses gases; inclusão das emissões de Escopo 3 e de três novas atividades (aterros sanitários, aeroportos e transportadoras); elaboração do primeiro inventário de emissões de GEE da sede da CETESB.

ACORDO AMBIENTAL SÃO PAULO: 1,7 mil aderentes comprometidos com o envio do balanço das emissões para apoio na elaboração de planos de mitigação. Lançamento, em evento paralelo à Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 27, uma publicação com 91 casos empresariais de iniciativas de descarbonização.

EMERGÊNCIAS QUÍMICAS: Realizados 272 atendimentos.

ATENDIMENTO À MORTANDADES DE PEIXES E FLORAÇÕES DE ALGAS CIANOBACTÉRIAS: Em média, 150 ocorrências anuais de mortandade de peixes no estado.

ÁREAS CONTAMINADAS: 1.479 áreas contaminadas em investigação ou com risco confirmado e 5.130 áreas aptas para o uso ou com medidas de intervenção.

CAPITAL INTELECTUAL

INOVAÇÃO: Ampliação da rede da rede Wireless Fidelity (Wi-Fi) na sede, upgrade dos links de comunicação da rede CETESB; aquisições de 22 drones para agilizar a fiscalização e o licenciamento ambiental, dois drones de maior porte e alto desempenho, para o atendimento de emergências químicas, um servidor de hiperconvergência para um melhor gerenciamento dos recursos virtualizado e de um Data Center Outdoor para adequação às melhores práticas de segurança e contingência. **DIFUSÃO DO CONHECIMENTO** - Escola Superior da CETESB: Realizados 124 cursos e eventos para 3,5 mil participantes. Iniciada a 6ª turma de pós-graduação do curso "Conformidade Ambiental com requisitos técnicos e legais". **NORMALIZAÇÃO TÉCNICA**: Dispõe de um acervo de 103 normas técnicas vigentes.

PUBLICAÇÕES - Relatório de Qualidade das Praias Litorâneas no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade das Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo; Relatório de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo; Estudo dos Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) na Atmosfera dos municípios de São Paulo (Cerqueira César) e de Santo André (Capuava); Estudo dos Compostos Orgânicos Voláteis na Atmosfera do Município de São Paulo (Pinheiros); Pandemia de COVID-19 - Reflexos na Poluição do Ar na Região Metropolitana de São Paulo; Revisão dos Índices da Comunidade de Macroinvertebrados Bentônicos Aplicados aos Rios e Reservatórios do Estado de São Paulo; Relatório de Emissões Veiculares no Estado de São Paulo; PCPV Plano de Controle de Poluição Veicular; Índice de não conformidade da Frota de Veículos Diesel circulante na Região Metropolitana de São Paulo; Operação Inverno 2021; 91 cases de Sucesso na Agenda Climática.

CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO:

No seu papel de liderança na implantação de políticas públicas ambientais disseminada no país, relacionados direta ou indiretamente com os ODS protagonizados pela ONU, destacam-se os campos habitacional, saúde pública, educacional, desenvolvimento econômico e políticas públicas. **CÂMARAS AMBIENTAIS**: Indústria da Construção; Indústria Têxtil; Setor da Madeira, do Mobiliário e de Papel, Papelão e Celulose; Indústrias Químicas e Petroquímicas; Comércio de Derivados de Petróleo; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Setor de Mineração; Setor de Refrigeração, Ar-condicionado, Aquecimento e Ventilação; Setor de Resíduos; Setor Sucroenergético; Mudanças Climáticas; Setor de Suinocultura. **COMUNICAÇÃO SOCIAL**: Atendidas 1,5 mil solicitações de imprensa, publicados centenas de posts e organizadas 7 lives, 6 eventos presenciais e 25 eventos híbridos, que possibilitaram uma crescente difusão do conhecimento aos internautas. Acrescidos 5,1 mil seguidores no LinkedIn, 2,9 mil no Instagram, 575 no Facebook e o canal do Youtube ganhou 565 novos usuários. O total de visualizações das páginas no site da CETESB atingiu 7,5 milhões/ano.

CAPITAL NATURAL - SUSTENTABILIDADE

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que conta com os 17 ODS, é um Plano de Ação voltado às pessoas, ao planeta e à prosperidade e estabelece que a erradicação da pobreza é o requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida de toda a população. **ENERGIA ELÉTRICA**: Redução no consumo médio mensal na Sede, de 416 MWh em 2000 para 255 MWh em 2022. Importante verificar que as ações de redução de energia elétrica fizeram com que, apesar do pequeno aumento no consumo em relação a 2021 (240 MWh), a retomada do trabalho pós-pandemia manteve uma tendência de queda no consumo do período anterior à pandemia (média de consumo de 2017 a 2019 de 304 MWh). **ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA**: Implantação de sistemas de energia solar nas Agências Ambientais de Jundiaí, Presidente Prudente, Franca, Avaré, Itapetininga e Jales. Ressalta-se a instalação de placas solares nas instalações da Sede, cujo sistema deverá entrar em operação em breve e que contribuirá fortemente com a redução de energia elétrica. **ÁGUA TRATADA**: Redução do consumo médio mensal na Sede, de 6.152 m³ em 1999 para 1.286 m³ em 2022, com o mesmo comportamento do consumo de energia elétrica, com tendência de queda em relação ao período anterior à pandemia (consumo de 2017 a 2019 de 1.490 m³). **BOAS PRÁTICAS:** Coleta de resíduos recicláveis classe II, de pilhas e equipamentos eletrônicos e de bitucas de cigarro para destinação ambientalmente adequada; horta solidária; bicicletários; ampliação do catálogo de compras de produtos sustentáveis; redução no consumo de papéis e exigências contratuais mais rigorosas nas licitações visando à utilização de equipamentos mais eficientes e a adoção de tecnologia mais limpa para redução de insumos não renováveis.

CAPITAL HUMANO

Em 31.12.2022, o quadro de pessoal era composto por 1.727 empregados, com 46% de mulheres. O quadro é especializado, com mais de 81% com cursos de graduação, dos quais 41% são pós-graduados. Houve 371 participações de empregados nos cursos oferecidos pela Escola Superior da CETESB. Pratica uma política salarial única. Os dissídios coletivos de 2020/2021 e 2021/2022 permanecem em trâmite, sem trânsito em julgado. Mais informações podem ser obtidas no relatório completo.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Aos Acionistas e aos Conselheiros da **CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** ("CETESB" ou "Companhia"), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Adicionalmente, examinamos as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que apresentam informações complementares às demonstrações financeiras examinadas. Essas informações não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foram apresentadas para possibilitar uma análise adicional.

Em nossa opinião, as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB do exercício findo em 31 de

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 13/04/2023 | 23:44:37 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 45797C73-A4E8-46EB-8C2A-08AEBF5AF575

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EXTRATO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2022

Relatório na íntegra disponível em https://cetesb.sp.gov.br/balancos-patrimoniais/

→★ continuação

dezembro de 2022 estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, como informação complementar às demonstrações financeiras supramencionadas tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações de sustentabilidade". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações de sustentabilidade

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as informações por ela julgada relevantes para fins de informações complementares e os controles internos que a empresa determinou como necessários para permitir a elaboração das informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor na auditoria das informações de sustentabilidade

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório da Administração e de Sustentabilidade da CETESB do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das evidências e dos controles utilizados e a razoabilidade das estimativas dos dados de sustentabilidade e das divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, das bases de sustentabilidade, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a situações que nos levem a modificar nossa opinião;

• Avaliamos a adequação das políticas e dos procedimentos e a razoabilidade das estimativas em sustentabilidade e as divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 15 de março de 2023

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)

Ativo	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)
Circulante	**140.247**	**258.374**	**101.748**
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios *(nota 05)*	71.628	217.100	34.522
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados *(nota05)*	8.466	7.643	21.353
Clientes e Outras Contas a Receber	695	553	132
Adiantamentos a Empregados	3.186	2.608	2.397
Impostos a Recuperar *(nota 23)*	821	10.770	106
Parcelamentos a Receber *(nota 06)*	12.093	15.066	40.905
Depósitos Judiciais *(nota 14)*	41.961	–	–
Valores a Receber - Dívida Ativa *(nota 07)*	403	3.629	1.102
Estoques	781	626	661
Despesas Exercício Seguinte	213	379	570
Não Circulante	**212.122**	**173.854**	**234.111**
Realizável a Longo Prazo	56.211	57.487	115.106
Depósitos Judiciais *(nota 14)*	10.161	9.498	9.939
Adiantamentos a Empregados	2.680	2.804	2.883
Parcelamentos a Receber *(nota 07)*	16.908	26.356	11.265
Antecipação de Dividendos *(nota 15g)*	7.132	–	–
Valores a Receber - Dívida Ativa *(nota 06)*	17.886	17.430	89.654
Impostos a Recuperar	1.444	1.399	1.365
Imobilizado *(nota 08)*	153.151	112.317	116.826
Investimento	8	8	8
Intangível *(nota 09)*	2.752	4.042	2.171
Total	**352.369**	**432.228**	**335.859**

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)
Circulante	**168.738**	**124.277**	**106.908**
Fornecedores *(nota 10)*	8.446	11.872	6.104
Salários e Remunerações a Pagar *(nota 11)*	68.980	41.672	42.106
Impostos e Contribuições a Recolher *(nota12)*	22.083	18.135	19.556
Adiantamentos de Convênios *(nota 13)*	4.715	6.507	13.260
Adiantamentos de Clientes	217	325	301
Outras Contas a Pagar	183	1.904	1.770
Provisão para Contingências *(nota 14)*	63.559	18.716	23.811
Provisão para Contribuição Social	555	10.958	–
Dividendos Propostos	–	14.188	–
Não Circulante	**104.165**	**70.354**	**36.613**
Impostos Reservas de Reavaliação	469	1.326	1.401
Adiantamentos de Convênios *(nota 13)*	3.750	1.136	8.093
Provisão para Contingências *(nota 14)*	27.806	30.443	27.119
Provisão para Contribuições Previdenciárias	72.140	37.449	–
Patrimônio Líquido	**79.466**	**237.597**	**192.338**
Capital Social *(nota 15a)*	169.577	169.577	169.577
Ações em Tesouraria *(–)*	(1)	(1)	(1)
Reservas de Capital *(nota 15b)*	–	3.474	3.834
Reservas de Reavaliação *(nota 15c)*	19.282	18.691	18.928
Reservas de Lucros a Realizar *(nota 15e)*	–	45.856	–
Prejuízos Acumulados	(109.392)	–	–
Total	**352.369**	**432.228**	**335.859**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Reserva de Lucros - Reserva Lucros a Realizar	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de Dezembro de 2020	**169.577**	**(1)**	**3.834**	**–**	**29.582**	**18.928**	**–**	**221.920**
Reserva de Capital	–	–		–	–	–	–	
Créditos previdenciários reapresentados	–	–	–	–	(29.582)	–	–	(29.582)
Saldos Reapresentados em 31 de Dezembro de 2020	**169.577**	**(1)**	**3.834**	**–**	**–**	**18.928**	**–**	**192.338**
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(237)	–	(237)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–		312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	59.730	59.730
Reserva de Capital	–	–	(360)	–	–	–	–	(360)
Apropriação do Resultado do Exercício								
Reserva Legal	–	–	–	2.986	–	–	(2.986)	–
Reserva de Lucros a realizar	–	–	–	–	57.056	–	(57.056)	–
Dividendos Propostos	–	–	–	–	(14.186)	–	–	(14.186)
Saldos Reapresentados em 31 de Dezembro de 2021	**169.577**	**(1)**	**3.474**	**2.986**	**42.870**	**18.691**	**–**	**237.597**
Realização das Reservas de Reavaliação	–	–	–	–	–	(260)	–	(260)
Diferimento da tributação sobre Reservas	–	–	–	–	–	–	312	312
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(116.332)	(116.332)
Reserva de Capital			(3.474)				3.474	–
Reserva Legal	–	–	–	(2.986)	–	–	2.986	–
Reversão do diferimento da tributação - Imposto de Renda	–	–	–	–	–	851	–	851
Contribuição Social Exercício Anterior	–	–	–	–	–	–	(689)	(689)
Reversão parcial da Contribuição Social Exercício Anterior	–	–	–	–	–	–	73	73
Apropriação do Resultado do Exercício:	–	–	–	–	–	–	784	784
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	(42.870)	–	–	(42.870)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**169.577**	**(1)**	**–**	**–**	**–**	**19.282**	**(109.392)**	**79.466**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Considerações Gerais

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Diminuição da subvenção econômica

Em continuidade à política adotada a partir de fevereiro de 2022, a acionista controladora, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo manteve a interrupção temporária do repasse dos recursos consignados pela Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual n° 17.498/21) e Decreto Estadual nº 66.426, de 10/01/2022, no montante de R$ 182.826, para pagamento de "Pessoal e Encargos Sociais e Custeio" à CETESB. No exercício de 2022 foram repassados R$ 46.816, o que representa 21% do valor total original.

Devido, principalmente, a essa interrupção temporária do repasse de recursos e a provisão para contingência trabalhista mencionada na Nota 14-c.1, reconhecida em 30 de junho de 2022, decorrente do dissídio coletivo referente aos anos 2020 e 2021, no valor aproximado de R$ 42.000, o passivo circulante da CETESB superou seu ativo circulante em R$ 28.491 em 31 de dezembro de 2022.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

- **Declaração de conformidade e base de preparação:**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- **Moeda funcional e de apresentação:**

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- **Uso de estimativas e premissas contábeis:**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e consequentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no exercício de 2022 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, a Companhia realizava testes de recuperação dos ativos ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios/gatilhos internos ou externos que assim o determinem. Atualmente, é realizado o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e o intangível.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)

	Nota	2022	2021 (Reapresentado)	2020 (Reapresentado)
Receita de Serviços e Vendas				
Subvenção de Custeio		46.816	190.608	214.901
Exercício do Poder de Polícia Delegado		412.556	401.716	220.935
Venda de Serviços e Produtos		18.265	11.235	4.880
Deduções		(22.755)	(20.810)	(19.356)
Total Receitas Líquidas	**16**	**454.882**	**582.749**	**421.360**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	**17**	**(390.380)**	**(318.102)**	**(300.055)**
Lucro Bruto		**64.502**	**264.647**	**121.305**
Despesas/Receitas Operacionais				
Despesas Administrativas	**17**	(170.564)	(141.448)	(143.290)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		10.350	(65.715)	7.011
Outras Despesas e Receitas Operacionais	**18**	(32.083)	7.344	8.293
		(192.297)	**(199.819)**	**(127.986)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros		**(127.795)**	**64.828**	**(6.681)**
Encargos Financeiros Líquidos	**19**	12.018	5.860	2.145
Lucro/Prejuízo Antes da Contribuição Social		**(115.777)**	**70.688**	**(4.536)**
Contribuição Social		(555)	(10.958)	–
Lucro/Prejuízo do Período		**(116.332)**	**59.730**	**(4.536)**
Prejuízo por Lote de Mil Ações de Capital		(R$ 20,58)	R$ 10,56	(R$ 0,79)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(116.332)	59.730	(4.536)
Realização das reservas de reavaliação	(260)	(237)	(237)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	312	312	312
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(116.280)**	**59.805**	**(4.461)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020 (Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo/Lucro do Período	**(116.332)**	**59.730**	**(4.536)**
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	44.315	3.287	426
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	25.622	46.031	31.211
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	3.098	12.275	371
Provisão PPR-Progr. Partic. Resultados	21.134	–	(17)
Provisão Férias/13° Salário/Licença Prêmio	6.141	(415)	–
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(10.404)	10.958	–
Depreciação do Imobilizado	10.170	10.824	13.137
Amortização do Intangível	1.343	2.248	1.701
Realização Reserva de Reavaliação	51	75	75
Realização Reserva de Lucros a Realizar	(616)	–	–
Provisão de Encargos Previdenciários	42.295	37.091	360
Antecipação de Dividendos	(7.133)	–	–
Reversão do Diferimento da Tributação	852	–	–
Baixas no Ativo Imobilizado	17.526	1.509	4
Subtotal	**38.062**	**183.613**	**42.732**
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante			
Clientes e Outras Contas a Receber	(185)	(334)	162
Adiantamentos a Empregados	(458)	(317)	244
Impostos a Recuperar	9.681	(10.706)	210
Parcelamentos a Receber	9.593	(1.421)	6.944
Valores a Receber - Dívida Ativa	(22.852)	23.668	(34.246)
Estoques	(154)	34	(118)
Despesas Exercício Seguinte	165	191	(107)
Distribuição de Dividendos	(63.877)	–	–
Depósitos Restituíveis	(42.624)	441	(6)
Subtotal	**(110.711)**	**11.556**	**(26.917)**
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores	(3.426)	5.768	36
Salários e Remunerações a Pagar	34	(19)	77
Impostos e Contribuições a Recolher	3.947	(1.421)	969
Adiantamentos de Convênios	822	(13.710)	(4.328)
Adiantamentos de Clientes	(108)	24	273
Outras Contas a Pagar	(1.721)	132	779
Impostos Reservas de Reavaliação	(856)	(75)	(75)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(2.109)	(5.056)	–
Subtotal	**(3.417)**	**(14.357)**	**(2.269)**
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**(76.066)**	**180.812**	**13.546**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Intangível	(53)	–	–
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(68.530)	(11.944)	(2.310)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(68.583)**	**(11.944)**	**(2.310)**
Capital Circulante Líquido	**(144.649)**	**168.868**	**11.236**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	224.743	55.875	44.639
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.094	224.743	55.875
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	**(144.649)**	**168.868**	**11.236**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 13/04/2023 | 23:44:45 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 45797C73-A4E8-46EB-8C2A-08AEBF5AF575

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

→★ continuação

tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - Geral - NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

- **Normas e interpretações novas e revisadas**

Até 31 de dezembro de 2022, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2021 e 2020

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores a 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R$ 264, R$ 29.582 e R$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. Esses valores foram então classificados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 como ajustes de exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido.

Após a autorização para a emissão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, reavaliou os riscos desse procedimento e decidiu reapresentar suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, para refletir contabilmente o erro no julgamento desses riscos nos respectivos exercícios de 2020 e 2021, retrospectivamente, de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, item 42, sujeito ao disposto no item 43. Os referidos ajustes estão assim resumidos:

Ativo	31.12.2020 (Original)	31.12.2020 (Ajustes)	31.12.2020 (Reapresentado)
Circulante	**131.330**	**(29.582)**	**101.748**
Impostos a Recuperar *(nota 23)*	29.688	(29.582)	106
Não Circulante	**234.111**	**–**	**234.111**
Total	**365.441**	**–**	**335.859**

Ativo	31.12.2021 (Original)	31.12.2021 (Ajustes)	31.12.2021 (Reapresentado)
Circulante	**258.374**	**–**	**258.374**
Impostos a Recuperar *(nota 23)*	10.770	–	10.770
Não Circulante	**173.854**	**–**	**173.854**
Total	**432.228**	**–**	**432.228**

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2020 (Original)	31.12.2020 (Ajustes)	31.12.2020 (Reapresentado)
Circulante	**106.908**	**–**	**106.908**
Não Circulante	**36.613**	**360**	**36.973**
Provisão para contribuições previdenciárias		360	360
Patrimônio Líquido	**192.338**	**(360)**	**191.978**
Reservas de Capital *(nota 15b)*	3.834	(360)	3.474
Total	**335.859**	**–**	**335.859**

Passivo e Patrimônio Líquido	31.12.2021 (Original)	31.12.2021 (Ajustes)	31.12.2021 (Reapresentado)
Circulante	**126.058**	**–**	**126.058**
Não Circulante	**32.905**	**37.449**	**70.354**
Provisão para contribuições previdenciárias		37.449	37.449
Patrimônio Líquido	**273.265**	**(37.449)**	**237.597**
Reservas de Lucros a Realizar *(nota 15d)*	81.164	(37.449)	45.856
Total	**432.228**	**–**	**434.009**

	Nota	2020 (Original)	2020 (Ajustes)	2020 (Reapresentado)
Receita de Serviços e Vendas Total Receitas Líquidas	**16**	**421.360**	**–**	**421.360**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	**17**	**(300.055)**	**–**	**(300.055)**
Lucro Bruto		**121.305**	**–**	**121.305**
Despesas/Receitas Operacionais		**(127.986)**	**–**	**(127.986)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros		**(6.681)**	**–**	**(6.681)**
Encargos Financeiros Líquidos	**19**	2.241	(96)	2.145
Lucro/Prejuízo antes da Contribuição Social		**(4.440)**	**(96)**	**(4.536)**
Contribuição Social		–	–	–
Lucro/Prejuízo do Período		**(4.440)**	**(96)**	**(4.536)**

	Nota	2021 (Original)	2021 (Ajustes)	2021 (Reapresentado)
Receita de Serviços e Vendas Total Receitas Líquidas	**16**	**582.749**	**–**	**582.749**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	**17**	**(318.102)**	**–**	**(318.102)**
Lucro Bruto		**264.647**	**–**	**264.647**
Despesas/Receitas Operacionais		**(199.819)**	**–**	**(199.819)**
Resultado Operacional antes dos Encargos Financeiros		**64.828**	**–**	**64.828**
Encargos Financeiros Líquidos	**19**	13.369	(7.507)	5.860
Lucro/Prejuízo antes da Contribuição Social		**78.197**	**(7.507)**	**70.688**
Contribuição Social		(10.958)	–	(10.958)
Lucro/Prejuízo do Período		**67.239**	**(7.507)**	**59.730**

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente, comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 5).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, os suportes de reagentes dos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são desencaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 14.

d) Imobilizado

Até o período de 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. A Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua anualmente, ou quando há indícios de perda, o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4).

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 9).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de dezembro de 2022.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra "Convênios" com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, e em 31/12/2022, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou na base de cálculo negativa de R$ 58.898, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Gestão Previdenciária

A Companhia firmou contrato de prestação de serviços em outubro de 2020 para aferição dos pagamentos de encargos previdenciários, identificando valores pagos a maior, inclusive dos últimos 5 exercícios. Até o mês de outubro de 2022, foram apurados valores pagos a maior dos exercícios de 2016 a 2019, no montante de R$ 59.265 (R$ 29.419 em 2022), os quais foram compensados no recolhimento do INSS patronal. Em novembro de 2022, a CETESB encerrou o contrato com a empresa AG Brasil, detentora do software, e passou a recolher o valor integral dos encargos sociais.

j) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

k) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

5. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados "convênios" (vide nota explicativa nº 13) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Bancos	2.916	968
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	68.712	216.132
Total Recursos Próprios	71.628	217.100
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	8.466	7.643
Total	**80.094**	**224.743**

6. Parcelamentos a Receber

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. A partir de 30/06/2021 constitui-se provisão de perda para os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Multas Fontes Móveis	1.446	2.170	21.674	19.777
Multas Fontes Estacionárias	6.229	8.228	14.149	17.620
Multas Agenda Verde	4.640	5.053	5.598	8.429
Assistência Médica	75	31	584	469
Cursos	–	–	7	7
PCLD	(297)	(416)	(28.989)	(26.043)
Atualização Legal	–	–	3.885	6.097
Total	**12.093**	**15.066**	**16.908**	**26.356**

7. Valores a Receber - Dívida Ativa

No exercício de 2022, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa - SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo. Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 98%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico que realizou uma análise da média histórica de recebimentos, para o triênio de 2018 a 2020, identificando que os valores de recebimento não ultrapassaram em média 3% do saldo dos títulos inscritos na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado. Referido estudo foi aprovado na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é avaliado anualmente pela área competente. Até 31/12/2022 não houve necessidade de alteração.

a) Inscrições na Dívida Ativa - Circulante:

	31.12.2022	31.12.2021
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	10.680	7.328
Arrecadação de multas a repassar	190	3.483
PCLD (–)	(10.467)	(7.182)
Total	**403**	**3.629**

b) Inscrições na Dívida Ativa - Não Circulante:

	31.12.2022	31.12.2021
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	836.123	796.334
PCLD (–)	(819.400)	(780.407)
Atualização Legal	55.860	72.855
PCLD (–)	(54.743)	(71.398)
CDA´s pagas com código indevido	2.294	2.294
PCLD (–)	(2.248)	(2.248)
Total	**17.886**	**17.430**

c) Composição da PCLD - Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	31.12.2022	31.12.2021
Multas Fontes Estacionárias	753.784	713.971
Multas Fontes Móveis	345	320
Multas Agenda Verde	65.271	66.116
Total	**819.400**	**780.407**

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 9.615 inscrições, até 31 de dezembro de 2022.

8. Imobilizado

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação	31.12.2022			31.12.2021		
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido
Terrenos		14.957	–	14.957	14.957	–	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	66.357	(42.121)	24.236	62.766	(39.442)	23.324
Rede Telemétrica	10	2.287	(2.287)	–	2.288	(2.288)	–
Máquinas e Equipamentos	10	107.171	(75.952)	31.219	98.498	(70.155)	28.343
Móveis e Utensílios	10	5.214	(4.252)	962	5.475	(4.425)	1.050
Veículos e Embarcações	20 e 5	19.588	(14.298)	5.290	14.602	(13.908)	694
Microcomputadores/Periféricos	20	26.765	(19.355)	7.410	26.279	(19.194)	7.085
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	35.313	(9.531)	25.782	34.757	(8.223)	26.534
Outras Imobilizações		1.023	(158)	865	1.025	(149)	876
Imobilizações em Andamento		42.430	–	42.430	9.454	–	9.454
Total		**321.105**	**(167.954)**	**153.151**	**270.101**	**(157.784)**	**112.317**

b) Movimentação

	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Depreciações	31.12.2022
Terrenos	14.957	–	–	–	–	14.957
Edifícios e Instalações	23.324	3.591	–	–	(2.680)	24.235
Rede Telemétrica	–	–	(1)	–	1	–
Máquinas e Equipamentos	28.343	10.517	(1.844)	–	(5.853)	31.163
Móveis e Utensílios	1.050	178	(438)	–	169	959
Veículos e Embarcações	694	6.657	(1.672)	–	(396)	5.283
Microcomputadores/Periféricos	7.085	2.365	(1.974)	–	(103)	7.373
Benfeitorias em Prop. de 3º	26.534	668	(112)	–	(1.308)	25.782
Outras Imobilizações	876	1	(3)	–	–	874
Imobilizações em Andamento	9.454	44.553	(11.482)	–	–	42.525
Total	**112.317**	**68.530**	**(17.526)**		**(10.170)**	**153.151**

	31.12.2020	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Depreciações	31.12.2021
Terrenos	14.957	–	–	–	–	14.957
Edifícios e Instalações	25.339	258	–	386	(2.659)	23.324
Rede Telemétrica	–	–	–	–	–	–
Máquinas e Equipamentos	33.400	409	(56)	918	(6.328)	28.343
Móveis e Utensílios	1.107	225	(4)	–	(278)	1.050
Veículos e Embarcações	1.018	3	–	–	(327)	694
Microcomputadores/Periféricos	2.639	5.840	(82)	–	(1.312)	7.085
Benfeitorias em Prop. de 3º	25.007	185	–	2.636	(1.294)	26.534
Outras Imobilizações	878	–	–	–	(2)	876
Imobilizações em Andamento	12.481	5.024	–	(8.051)	–	9.454
Total	**116.826**	**11.944**	**(142)**	**(4.111)**	**(12.200)**	**112.317**

9. Intangível

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

	Amortização	31.12.2022			31.12.2021		
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	13.144	10.392	2.752	13.197	9.155	4.042
Total		**13.144**	**10.392**	**2.752**	**13.197**	**9.155**	**4.042**

b) Movimentação

	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2022
Software	4.042	53	–	–	(1.343)	2.752
Total	**4.042**	**53**	**–**	**–**	(1.343)	**2.752**

	31.12.2020	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2021
Software	2.179	–	–	4.111	(2.248)	4.042
Total	**2.179**	**–**	**–**	**4.111**	**(2.248)**	**4.042**

No exercício de 2021 foi efetuada uma transferência correspondente ao bem patrimonial cadastrado na conta de imobilizações em andamento no valor de R$ 4.111 para a conta de softwares referente ao software "Sistema de Gestão Inventário Fontes de Poluição".

10. Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais fornecedores estão destacados no quadro abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Aquisição de Veículos	2.767	–
Equipamentos de Informática	–	5.245
Fornecimento Vale-Refeição	–	1.377
Serviços Assistência Médica	1.070	1.075
Fornecimento Vale-Alimentação	–	475
Máquinas e Equipamentos	363	–
Serviços de Limpeza	335	315
Serviços de Segurança	24	139
Serviços de Informática	501	803
Devolução de Taxas	714	293
Serviços de Manutenção	926	239
Serviços Gestão Previdenciária	–	138

continua →★

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 13/04/2023 | 23:44:49 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 45797C73-A4E8-46EB-8C2A-08AEBF5AF575

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

→★ continuação

	31.12.2022	31.12.2021
Energia Elétrica	211	313
Telefonia	114	90
Materiais de Laboratório	358	258
Água e Esgoto	40	37
Materiais Diversos	35	–
Prestação de serviços diversos	988	1.075
Total	**8.446**	**11.872**

11. Salários e Remunerações a Pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Salários	62	28
Prov.Férias e Encargos Sociais	47.702	41.644
Prov. Licença Premio	82	–
Prov. Partic. Progr. Resultados	21.134	–
Total	**68.980**	**41.672**

A Companhia provisiona os salários que são pagos dentro do mês. Nesta rubrica também são provisionadas as férias com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS), licença prêmio e PPR. A provisão de décimo terceiro salário foi liquidada em dezembro de 2022.

12. Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante	
	31.12.2022	31.12.2021
Folha de Pagamento	20.323	16.554
De Terceiros	1.732	1.506
Outros	28	75
Total	**22.083**	**18.135**

13. Adiantamentos de Convênios

	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
FEHIDRO	3.241	1.506	2.462	–
DERSA	–	1.255	–	–
FID Secretaria da Justiça	–	686	–	–
COSAN	401	443	–	–
PETROBRAS	45	849	435	262
CERJU	285	–	694	874
FUNASA	–	26	–	–
SABESP	602	1.125	–	–
DAEE	104	425	159	–
LATU URUGUAI	37	192	–	–
Total	**4.715**	**6.507**	**3.750**	**1.136**

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de "convênios". Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Na tabela acima foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas. Legenda e detalhes de alguns convênios: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, compensação ambiental; FID - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, dentre outros objetivos, destina-se a financiar projetos atribuídos ao ressarcimento à coletividade dos danos causados ao meio ambiente e SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros.

14. Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

a) Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	45.254	6.995	4.564	7.299
Cíveis	18.305	11.721	3.226	4.296
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	–	–	20.016	18.848
Total	**63.559**	**18.716**	**27.806**	**30.443**

O montante em 31/12/2022, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis, é de R$ 52.122 (R$ 9.498 em 31/12/2021).

b) A movimentação das provisões no exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2021	**14.294**	**16.017**	**18.848**
Adições	37.137	6.007	1.168
Baixas / Reversões (–)	(1.613)	(493)	–
Saldo em 31/12/2022	**49.818**	**21.531**	**20.016**

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, e estes litígios tramitam tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, os quais, quando aplicáveis, estão resguardados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seu Departamento Jurídico.

A seguir, o detalhamento da natureza das Provisões:

c.1) Provisão para Contingências Trabalhistas - consiste, principalmente, de *(i)* ação decorrente do Dissídio Coletivo, *(ii)* reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração no emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e *(iii)* diferenças de verbas rescisórias.

Em 18.07.2022, foi disponibilizada decisão no âmbito da Ação de Cumprimento nº 1000578-68.2022.5.02.0009, decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, envolvendo todos os empregados da CETESB, julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados para condená-la ao pagamento das seguintes parcelas aos trabalhadores:

a) valores retroativos do Reajuste Normativo assegurado pela cláusula 3ª da Sentença Normativa de 2020, exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento), a partir de 01 de maio de 2020, sobre o salário vigente em 30.04.2020, até dezembro de 2021, com os respectivos reflexos;

b) diferenças devidas pela cláusula 11ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, que concedeu o Vale-Alimentação no valor facial total de R$ 284,40 (duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), desde a data-base de 1º de maio de 2020 a dezembro de 2021;

c) diferenças devidas pela cláusula 12ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, que concedeu o Vale-Refeição Comercial com valor total equivalente a 24 (vinte e quatro) vales no valor facial de R$ 34,40 (trinta e quatro reais e quarenta centavos), desde a data-base de 1º de maio de 2020 a dezembro de 2021;

d) multa, por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário base em favor dos empregados substituídos prejudicados, conforme a cláusula 40ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000 em decorrência dos descumprimentos acima;

e) valores retroativos do Reajuste Normativo assegurado pela cláusula 3ª da Sentença Normativa de 2021, exarada pelo processo nº 1002714-02.2021.5.02.0000, de 7,81% (sete inteiros e oitenta e um centésimos por cento), a partir de 01 de maio de 2021 à dezembro de 2021, sobre o salário vigente em 30.04.2021;

f) diferenças devidas pela cláusula 11ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1002714-02.2021.5.02.0000, do Vale-Alimentação no valor facial total de R$ 306,61 (trezentos e seis reais e sessenta e um centavos), desde a data-base de 1º de maio de 2021 até dezembro de 2021;

g) diferenças devidas pela cláusula 12ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1002714-02.2021.5.02.0000, do Vale-Refeição Comercial com valor total equivalente a 24 (vinte e quatro) vales no valor facial de R$ 37,09 (trinta e sete reais e nove centavos) com participação dos empregados, proporcionalmente à faixa salarial, desde a data-base de 1º de maio de 2021 até dezembro de 2021.

Contra a referida decisão, a CETESB interpôs Recurso Ordinário com pedido de efeito suspensivo no TST, para o qual aguarda julgamento.

Paralelamente, as entidades sindicais iniciaram a execução provisória da Ação de Cumprimento das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos de 2020/2021 e 2021/2022, Processo nº 1001136-54.2022.5.02.0069, tendo sido determinado pelo MM. Juízo que, no prazo de 8 dias úteis, contados a partir de 22.08.2022, a CETESB apresentasse os cálculos dos valores referentes aos respectivos dissídios coletivos, retroativos às suas respectivas datas-bases, com aplicação de correção monetária e juros, bem como, com a aplicação de multa por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário base em favor dos empregados. Os cálculos foram elaborados e apresentados pela CETESB no prazo legal (31.08.2022), totalizando R$ 42.002, que correspondem aos proventos, benefícios, encargos e outras indenizações (multa e honorários advocatícios). Os cálculos foram homologados e, a CETESB depositou em 06.10.2022 o valor líquido em Juízo, que corresponde a R$ 41.200. O valor atualizado em 31/12/2022 é de R$ 41.961.

c.2) Provisão para Contingências Cíveis - consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos licenciatórios.

c.3) Provisão para Contingências Fiscais

c.3.1) Exercício de 2009 - No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R$ 36.587 referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas ao exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, em fiscalização concluída no exercício em questão. O montante atualizado em 31/12/2022 é de R$ 66.628, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R$ 20.015, como perda provável e R$ 46.613 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.3.2) Exercício de 2013 - Ainda sobre o processo relativo à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27/09/2018, o órgão emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R$ 26.249, sendo que a Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R$ 6.571 e multa de R$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 pela 10ª Turma da DRJ/SPO, a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R$ 3.548, cujo valor atualizado em 31/12/2022 é de R$ 5.878. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e aguarda julgamento. Em 31/12/2022, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como "perda possível".

c.3.3) Exercícios de 2016 e 2017 - A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo instaurou procedimentos fiscais com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP"), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Em 13.01.2021, após a análise da documentação, foi lavrado Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal, em relação a (i) CSLL, instaurado o Processo nº 15746-720.053/2021-37, implicando a lavratura do Auto de Infração e a constituição do crédito tributário no valor de R$ 4.543; (ii) PIS/PASEP e COFINS, instaurado o Processo nº 15746-720.052/2021- 92, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R$ 3.582 e R$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R$ 24.656, cujo valor atualizado em 31/12/2022 é de R$ 27.936. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Após o esgotamento da esfera administrativa, caberá avaliação de eventual propositura de ação judicial a depender do entendimento jurisprudencial à época do seu encerramento. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações e há discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como "perda possível".

d) Divulgação de Processos classificados como de Perda Possível

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	12.032	11.927
Cíveis	225.731	127.200
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	46.613	43.935
Auto Infração - 2013 (2)	5.878	5.394
Autos Infrações - 2016/17 (3)	27.936	25.467
Total	**318.190**	**213.923**

(1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.

(2) Receita Federal - Auto de infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

(3) Receita Federal - Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social: o capital social está representado por 5.652.551.863 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R$ 169.577 em 31/12/2022, sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e 0,0001% de ações em tesouraria. A SUCEN - Superintendência de Controle de Endemias, que detinha 0,0010% das ações da CETESB, foi extinta em 14/04/2022, conforme Decreto Estadual nº 66.554, de 14/05/2022;

b) Reservas de Capital: O montante de R$ 3.834 que se refere aos exercícios anteriores foi absorvido pelo prejuízo apurado em 2022, de acordo com o artigo 189, da Lei federal nº 6404/76.

c) Reservas de Reavaliação: A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No exercício de 2022, houve a realização do montante de R$ 260, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Em 30/06/2022 foi efetuada a reversão do diferimento da tributação do Imposto de Renda no valor de R$ 852, pautado na ACO 2304, que concede à CETESB a imunidade tributária sobre os impostos. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R$ 19.282 (R$ 18.691 em 31/12/2021);

d) Reserva Legal: O montante constituído em 2021 no valor de R$ 3.362 e reapresentado no valor de R$ 2.986 foi absorvido totalmente pelo prejuízo apurado em 2022, de acordo com o artigo 189, da Lei Federal nº 6404/76.

e) Reservas de Lucros a Realizar: O montante constituído em 2021 no valor de R$ 81.164 foi reapresentado no valor de R$ 45.856 destinado da seguinte forma: R$ 42.558 para distribuição de dividendos, R$ 2.986, conforme item 15.d, 312 (diferimento da tributação das reservas de reavaliação), conforme item 15.c, foi absorvido totalmente pelo prejuízo apurado em 2022, de acordo com o artigo 189, da Lei Federal nº 6404/76.

f) Lucros/Prejuízos Acumulados: Compreende o prejuízo acumulado no exercício de 2022 no montante de (R$ 116.332), menos reserva de capital, a reserva legal e as reservas de lucros a realizar, totalizando o montante de (R$ 109.392).

g) Antecipação de Dividendos: A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia está reapresentando suas demonstrações contábeis de 2020 e 2021 (Nota 3), com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	Original	Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

Assim, a Administração irá propor à Assembleia Geral de Acionistas que os dividendos relativos à 2021, distribuídos a maior em 2022, no valor de R$ 7.133 (R$ 63.877 - R$ 56.744) sejam declarados como dividendos antecipados, já classificados como tal no Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2022.

16 Receitas Operacionais Líquidas

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita "Subvenção Econômica", que até 31/12/2022 representou 10% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de "empresa dependente", consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17.498 de 29/12/2021 (lei orçamentária anual), na importância de R$ 182 milhões. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 66.426, de 10/01/2022 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de "controle preventivo da poluição". Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados "à vista".

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de "controle corretivo da poluição", representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

	31.12.2022	31.12.2021
Subvenção Econômica	**46.816**	**190.608**
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	322.201	316.491
Multas Ambientais	59.517	51.144
Taxa de Fiscalização Ambiental	30.838	34.081
Subtotal	**412.556**	**401.716**
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	10.887	7.267
Fecop	2.546	1.202
Fehidro	1.572	–
Emissão de Certidões	915	840
Convênio ANA	–	764
Cursos	1.774	523
Análises Laboratoriais	537	359
Demais Receitas	34	280
Subtotal	**18.265**	**11.235**
Deduções		
ISS/ICMS	(670)	(415)
PASEP/COFINS	(15.399)	(14.938)
Devoluções Licenciamento	(6.394)	(3.647)
Cancelamentos de Vendas/Serviços	(31)	–
Cancelamentos de Multas Ambientais	(261)	(1.810)
Subtotal	**(22.755)**	**(20.810)**
Total	**454.882**	**582.749**

17. Custos e Despesas

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e Reflexos	344.624	283.402	113.085	94.364
Pessoal Afastamento SEMIL	–	–	30.659	27.389
Pessoal Afastamento Fund Florestal	–	–	590	451
Remuneração Diretoria	1.171	865	884	566
Remun. Órgãos Estatutários	–	–	1.545	1.559
Recup. Pessoal Afastamentos Outros Órgãos			(243)	(225)
Materiais	10.580	4.907	3.022	1.096
Serviços de Terceiros	12.381	9.771	9.967	10.228
Servs.Prestados Partes Relacionadas	–	–	259	110
Viagens	1.019	407	587	475
Aluguéis	783	517	318	277
Utilidades	3.594	3.311	2.150	1.999
Seguros	3	–	459	524
Imp/Taxas e Contribuições	578	285	2.096	1.727
Depreciações/ mortizações	9.704	9.631	4.616	4.818
Repasse FEPRAC	–	–	3.815	–
Distribuição de Custos	4.486	4.094	(4.486)	(4.094)
Demais Despesas	1.457	912	1.241	184
Total	**390.380**	**318.102**	**170.564**	**141.448**

18. Outras Despesas e Receitas Operacionais

	31.12.2022	31.12.2021
Recuperação Despesas de Convênios	7.795	18.921
Outras Recuperações	144	118
Provisões e Reversões de Contingências Trabalhistas/Cíveis e Outras	(47.889)	(17.225)
Outras Despesas e Receitas	7.867	5.530
Total	**(32.083)**	**7.344**

19. Encargos Financeiros Líquidos

	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021 (Ajustes)	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2020 (Ajustes)	31.12.2020 (Reapresentado)
Receitas Financeiras							
Atualização Legal PGE	1.118	1.457	–	1.455	4.247	–	4.247
Atualização Legal Outros	25.348	13.676	(7.507)	6.169	259	(96)	163
Outras Receitas Financeiras	231	262	–	262	148	–	148
Total	**26.697**	**15.395**	**–**	**7.886**	**4.654**	**–**	**4.558**
(–) Despesas Financeiras							
Despesas Bancárias	(549)	(439)	–	(439)	(419)	–	(419)
Atualização Legal	(13.797)	(1.338)	–	(1.338)	(1.992)	–	(1.992)
Outras Despesas Financeiras	(333)	(249)	–	(249)	(2)	–	(2)
Total	**(14.679)**	**(2.026)**	**–**	**(2.026)**	**(2.413)**	**–**	**(2.413)**
Resultado Financeiro	**12.018**	**13.369**	**(7.507)**	**5.860**	**2.241**	**(96)**	**2.145**

20. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

21. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, pela Deliberação nº 1, de 29/04/2019, com vigência a partir de 01/05/2019, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía em aberto os montantes de R$ 259 e R$ 110 a pagar, respectivamente, referentes a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica "Serviços Prestados Partes Relacionadas" no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", demonstradas na nota explicativa nº 17:

Empresas	31.12.2022	31.12.2021
SABESP	40	73
PRODESP	219	37
Total	**259**	**110**

continua →★

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 13/04/2023 | 23:44:54 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 45797C73-A4E8-46EB-8C2A-08AEBF5AF575

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

→★ continuação

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no exercício de 2022 e 2021 com as partes relacionadas, o montante de R$ 12.345 e R$ 11.249, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

Empresas	31.12.2022	31.12.2021
CDHU	38	14
CESP	10	139
Cia. Paulista de Obras e Serviços	–	6
CPTM	97	139
DAEE	94	201
DER	21	20
DERSA	5	41
DOCAS - São Sebastião	3	–
EMAE	36	68
EMTU	22	339
IPT - Inst. Pesquisas Tecnológicas	7	–
METRÔ	725	279
SABESP	11.230	9.949
SAP - Sec Adm. Penitenciária	2	1
Secretaria de Esportes	–	1
Secretaria da Saúde	6	49
USP	49	3
Total	**12.345**	**11.249**

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566° reunião, realizada em 15/12/2021.

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)

	31.12.2022				31.12.2021			
Natureza da transação	Receita	Custos/despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos/despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	–	28.021	–	28.021	–	27.389	–	27.389
Benefícios a empregados	–	2.638	–	2.638	–	3.725	–	3.725
Telefone	–	7	–	7	–	4	–	4
Aprop. Depreciação	–	349	–	349	–	307	–	307
Mat. Manut. Edifícios Inst.	–	–	–	–	–	4	–	4
Energia Elétrica	–	477	–	477	–	404	–	404
Água/Esgoto	–	130	–	130	–	102	–	102
IPTU	–	423	–	423	–	430	–	430
Outros Materiais	–	5	–	5	–	6	–	6
Serv. Terceiros	–	1.135	–	1.135	–	1.013	–	1.013
Total		**33.185**		**33.185**		**33.384**		**33.384**

Fundação Florestal

	31.12.2022				31.12.2021			
Natureza da transação	Receita	Custos/despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos/despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	–	531	–	531	–	451	–	451
Benefícios a empregados	–	59	–	59	–	62	–	62
Telefone	–	–	–	–	–	–	–	–
Aprop. Depreciação	–	111	–	111	–	50	–	50
Mat. Manut. Edifícios Inst.	–	–	–	–	–	2	–	2
Energia Elétrica	–	193	–	193	–	143	–	143
Água/Esgoto	–	53	–	53	–	22	–	22
IPTU	–	171	–	171	–	172	–	172
Outros Materiais	–	2	–	2	–	2	–	2
Serv. Terceiros	–	434	–	434	–	390	–	390
Total		**1.554**		**1.554**		**1.294**		**1.294**

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de dezembro de 2022, a CETESB possuía 85 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica "Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", de R$ 30.659 e R$ 590 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 17.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica "Recuperação de Despesas - Afastamento de Empregados", no grupo "Despesas Gerais e Administrativas", pelo montante de R$ 243, demonstradas na nota explicativa nº 17.

d) Utilização de Imóveis

A SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 22% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL	2013	Indeterminado
Bauru	DER	2005	Indeterminado
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Guarulhos	SEMIL	2017	25/10/2038
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jundiaí	DER	2003	Indeterminado
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2022	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
São Bernardo do Campo	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

22. Remunerações Pagas aos Administradores

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica "Remuneração de Órgãos Estatutários", conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo "despesas gerais e administrativas".

	Valores		Número de Membros	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Conselho de Administração	841	856	11	11
Comitê de Auditoria (*)	419	419	3	3
Conselho Fiscal	285	285	5	5
Diretoria	2.055	1.430	5	5
Total	**3.600**	**2.990**	**24**	**24**

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações. No mês de junho de 2022, a Diretoria recebeu a título de prêmio eventual anual o valor de R$ 508 referente à distribuição de dividendos ao Acionista Majoritário, conforme deliberado na Ata da reunião nº 572, do Conselho de Administração da CETESB, de 30 de maio de 2022.

23. Impostos a Recuperar

Considerando que a CETESB possuí Imunidade Tributária acerca dos Impostos Federais (Ação Cível Originária 2304/MC/SP de 31/03/2014), o Departamento Econômico Financeiro revisou os processos operacionais de emissão de notas fiscais de serviços, e a partir de 01/08/2022 a CETESB deixou de fazer a retenção do Imposto de Renda sobre as notas fiscais emitidas para prestação de serviços. O montante retido em 2022 no valor de R$ 107 será objeto de pedido de ressarcimento via PERDCOMP, após a entrega da ECF 2022 no próximo exercício.

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de Renda	107	117
Pasep	6	5
Cofins	29	24
CSLL	124	4
Antecipação de Contribuição Social	555	10.620
Total	**821**	**10.770**

24. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada conforme ata de reunião realizada no dia 10/03/2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUDIO CARVALHO DE LIMA - Presidente

Conselheiros:
THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
KELLY LOPES LEMES
FLORIANO PEIXOTO DE AZEVEDO MARQUES NETO
JOSÉ PAULO NEVES
NILTON LAGANA JÚNIOR
ORESTES MARRACCINI GONÇALVES

Conselheira Representante dos Empregados:
MARISTELA MUSCO DE CAIRES

Conselheiros Independentes:
JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA
JOÃO CARLOS CASTILHO GARCIA
LUIZ ANTONIO CARVALHO PACHECO

DIRETORIA

THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO
Diretor-Presidente
ARUNTHO SAVASTANO NETO
Diretor de Gestão Corporativa
DOMENICO TREMAROLI
Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental

GLAUCIO ATTORRE PENNA
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental
MARIA IZABEL G. DA SILVA E SANTOS
Contadora - CRC 1SP145802/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista da opinião consubstanciada no Relatório do Auditor Independente - Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, de 15/03/2023, apresentado sem ressalvas, e manifestação consubstanciada na ata da 584ª reunião, de 15/03/2023, do Conselho de Administração, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 22 de março de 2023.

ANDRA ROBERT DE CARVALHO CAMPOS **GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA** **MAURO RICARDO MACHADO COSTA** **REGINA ROMERO E PINHEIRO** **WILSON SERGIO PEDROSO JUNIOR**

EXTRATO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2022

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB é composto por três membros sendo o coordenador um conselheiro de administração independente.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado pelo Conselho de Administração da CETESB em sua 517ª Reunião Ordinária, em 22/10/2018.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, do jurídico, discussões com o consultor jurídico externo contratado pela CETESB, Prof. Miguel Silva, demais gerências, e nas próprias análises do Comitê decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2022, o Sr. João Ricardo Pereira da Costa foi eleito membro Independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Os Srs. Ruy Martins Altenfelder da Silva e Afonso Antônio Hennel foram eleitos membros do Comitê nas Reuniões do Conselho de Administração de 26 de junho de 2018 e de 14 de maio de 2019, respectivamente.

No período de 24/04/2022 a 14/03/2023, o Comitê realizou 21 reuniões formais com o Diretor de Gestão Corporativa, diversos gerentes, empregados, auditores internos e auditores independentes, com o jurídico da CETESB, bem com eventuais convidados, incluindo o Prof. Miguel Silva, consultor jurídico externo. Cumpre ressaltar que dessas reuniões, 1 foi realizada em conjunto com o Conselho Fiscal.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Revisão das Informações Financeiras Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras anuais de 2022;
- Revisão dos créditos previdenciários extemporâneos, riscos envolvidos e seus reflexos contábeis;
- Avaliação das transações com partes relacionadas.
- Revisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Revisão do relatório anual da Auditoria Interna;
- Monitoramento das provisões e contingências;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Discussão com a Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Observação da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e das denúncias;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade.

Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para discussões, principalmente as seguintes temas: (i) Contas a Receber e dívida ativa/gestão da PGE, dificuldades para a eficiência das ações de cobrança (autos de infração); (ii) evolução do fluxo de caixa; (iii) Contingências, acompanhamento da evolução, classificação dos riscos entre remoto, possível e provável; (iv) contingência trabalhista relativa ao reajuste salarial de 2020 e 2021; (v) Segurança da informação, Procedimentos de segurança, controle e gerenciamento de acessos; (vi) Processo de compras, novo Regulamento Interno de Licitação e Contratos; (vi) Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos; (vii) Apresentação da proposta do Plano de Negócios 2023; entre outros.

Entre outros aspectos, os trabalhos do Comitê de Auditoria, envolveram: recomendações para melhorias nos processos de negócios; avaliação da efetividade da auditoria independente; e a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela CETESB, em particular dos Administradores, das áreas financeira, contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais gerências, além dos Auditores Independentes. O Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente refletidos e divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 14 de março de 2023

João Ricardo Pereira da Costa
Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê
Ruy Martins Altenfelder da Silva
Membro
Afonso Antonio Hennel
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** ("CETESB" ou "Companhia"), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CETESB, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2021 e 2020

Nas datas de 16 de março de 2021 e 23 de março de 2022, emitimos relatórios de auditoria sem modificação de opinião sobre as demonstrações contábeis da CETESB do exercício de 2020 e 2021, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme a Nota Explicativa nº 3, as demonstrações contábeis dos exercícios de 2021 e 2020 foram alteradas e estão sendo reapresentadas de forma a refletir, no Passivo Não Circulante, as Contribuições Previdenciárias Compensadas com créditos não homologados de anos anteriores, no montante de R$ 37.449 mil e R$ 360 mil, respectivamente,e as respectivas despesas de juros, de R$ 7.507 mil e 96 mil, refletidas nos resultados dos exercícios.

Adicionalmente, o valor proposto de dividendos do exercício de 2021 foi reajustado conforme o resultado ajustado. Os valores correspondentes, referentes aos exercícios de 2021 e 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados, como previsto na NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

continua →★

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 13/04/2023 | 23:44:59 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 45797C73-A4E8-46EB-8C2A-08AEBF5AF575

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis - inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 15 de março de 2023.
RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico
Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Responsável Técnica

CETESB

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 13/04/2023 | 23:45:03 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/